

A economia e o fim último humano

Fabrcio Soares Santos Fontes

Mestre em Filosofia Antiga e Medieval pela UFMG

E-mail: fbcsoares@hotmail.com

Recebido em: 09/04/2018.

Aprovado em: 10/05/2018.

Resumo: Este artigo aborda a economia como apresentada por dois autores gregos antigos: Xenofonte e Aristóteles (incluindo uma obra atribuída a este, mas provavelmente espúria). Xenofonte, homem militar que foi instruído por Sócrates e frequentou seu círculo, demonstrava apreço pelas questões relacionadas à vida prática, o que se reflete em seus *Econômicos*, um diálogo socrático em que seu mestre aparece discutindo assuntos de economia, buscado o ensinamento de um homem experiente na área e retransmitindo-o a outro interlocutor. Aristóteles aborda temas ligados à economia na *Ética a Nicômaco* e na *Política*, mas há outra obra atribuída a ele dedicada exclusivamente a economia, conhecida também como *Econômicos*; essa obra é aristotélica em estilo, mas difere suficientemente em certos aspectos para que seja considerada de outro autor, referido com Pseudo Aristóteles. A noção de economia política não era totalmente desconhecida para os antigos, o próprio Aristóteles a aborda, mas não era o foco principal de interesse. A economia, na compreensão desses autores antigos, é entendida primariamente em seu sentido literal, enquanto os preceitos de administração da casa e propriedades (economia vem das palavras *oikos* = casa e *nómos* = lei, costume, convenção); os autores estudam principalmente o que chamaríamos hoje como economia doméstica ou privada, entendida como uma técnica própria do chefe de família (*déspotes*), incluindo em seu campo de estudos assuntos como a relação entre os esposos e o correto trato com os escravos e filhos.

Palavras-chave: Administração; Econômicos; Ética; Finalidade; Política.

Economics and the ultimate human goal

Abstract: This article addresses economics as presented by two ancient Greek authors: Xenophon and Aristotle (including a work attributed to the latter, but probably spurious). Xenophon, a military man who was instructed by Socrates and attended his circle, showed appreciation for questions related to practical life, which is reflected in his *Economics*, a Socratic dialogue in which his master appears discussing economics, sought the teaching of a man and relaying it to another party. Aristotle addresses issues related to economics in *Nicomachean Ethics* and *Politics*, but there is another work attributed to him exclusively dedicated to economics, also known as *Economics*; this work is Aristotelian in style, but differs sufficiently in certain respects to be

considered of another author, referred to as Pseudo Aristotle. The notion of political economy was not entirely unknown to the ancients, Aristotle himself addresses it, but it was not the main focus of interest. The economy in the understanding of these ancient authors is understood primarily in its literal sense, as the precepts of house administration and property (economy comes from the words *oikos* = house and *nómos* = law, custom, convention); the authors study what we would call today as a domestic or private economy, understood as a technique of the head of the family (*déspotes*), including in their field of study subjects such as the relationship between the spouses and the correct treatment of slaves and children.

Keywords: Administration; Economics; Ethics; Goal; Politics.

Introdução

Para os antigos gregos, a Economia era entendida enquanto conjunto de conhecimentos e habilidades necessários para a correta administração dos bens particulares. A noção de Economia Política não era inteiramente desconhecida, mas permaneceu uma preocupação secundária até ser desenvolvida por pensadores da Era Moderna. Dentre os clássicos, dois livros se destacam como expositores da arte econômica: o primeiro, *Econômico*, escrito por Xenofonte em forma de diálogo, tem Sócrates como protagonista; o segundo escrito, conhecido como *Os econômicos*, é um tratado em três livros produzido por alguém ligado à tradição aristotélica, provavelmente um discípulo de Aristóteles, embora seus três livros possam ter autores diferentes. As duas obras apresentam notáveis semelhanças, tendo *Econômico* de Xenofonte provavelmente inspirado a obra do pseudo Aristóteles. Os livros tratam principalmente da administração de terras e da casa, tendo por público-alvo cidadãos bem-nascidos de uma *pólis* grega.

A economia, abordada por Aristóteles em passagens da *Ética a Nicômaco* e da *Política*, é classificada como uma técnica subalterna, sujeita à política quando se refere a administrar a cidade e à ética, quando se trata de economia privada. Ao lado das duas ciências práticas, a nobre Ética e a Política, rainha das ciências, a economia, em sua concepção clássica, pode parecer uma técnica indigna de atenção; mas há nisso grave imprudência. Aristóteles define a felicidade enquanto pleno florescimento do homem e atualização de suas potencialidades, incluindo a excelência da alma, do corpo

e posse suficiente de bens exteriores. Desses três tipos de bens, os mais nobres são os da alma, seguidos pelos do corpo; os mais baixos são os bens exteriores, mas estes permanecem necessários, ainda que jamais suficientes, para a realização do fim último do homem.

Muitas instruções presentes em *Os econômicos* podem parecer pouco úteis para nós que vivemos de modo tão diferente dos gregos antigos, mas a admoestação subjacente continua válida para todos: aquele que se dedica à busca da excelência total, ainda que justamente preserve as virtudes intelectuais e morais no topo da hierarquia de valores, não deve descuidar dos aspectos mais prosaicos da vida, ligados à autossuficiência econômica e ao domínio sobre as circunstâncias materiais da existência humana, a base necessária sobre a qual repousam todas as aspirações superiores.

As obras de economia de Xenofonte e Aristóteles

Antes de nos aprofundamos na questão relativa ao que os gregos entendiam por economia, convém falar brevemente acerca das duas obras principais produzidas sobre o assunto na Antiguidade Clássica, a fim de proporcionar um esclarecimento preliminar acerca de seus autores e temas.

Econômico, de Xenofonte, não apresenta problemas significativos acerca de sua autoria: trata-se de um diálogo socrático não dissimilar a outros diálogos produzidos pelo aristocrata e militar ateniense, o qual partilhou da influente companhia de Sócrates assim como o fez Platão, mas que por seu temperamento preferiu abordar questões práticas em seus escritos. No *Econômico*, Sócrates aparece conversando com Critóbulo, o qual deseja aprender dele a arte econômica; Sócrates relata-lhe um diálogo anterior com Iscômaco, homem experiente que o ensinou sobre economia. O diálogo, em suas duas partes, serve como um de manual de administração para o aristocrata proprietário de terras, incluindo questões ligadas ao trato de escravos, à agricultura e à relação entre os esposos.

Os econômicos, preservado enquanto parte integrante do Corpus Aristotelicum, tem autoria incerta. A ordem em que estão dispostos seus três livros possivelmente não corresponde à ordem temporal em que foram escritos. O Livro II parece distanciar-se mais do outros por

tratar especialmente de questões relacionadas à economia política; os Livros I e III são semelhantes quanto aos temas. Do Livro III resta apenas uma tradução em Latim. É possível que os livros tenham sido escritos por autores diferentes em épocas distintas, entre o final do século IV e começo do século III a.C.. Diógenes Laércio¹ informa que Aristóteles escreveu um tratado *Peri Oikonomias* (*Acerca da economia*) em um só livro. Apesar destes problemas, podemos dizer que os livros que compõem *Os Econômicos* são aristotélicos em seu estilo e remetem a temas tratados por Aristóteles em outros livros, sendo talvez obras produzidas por discípulos do Estagirita. Certamente são influenciados por Xenofonte, frequentemente retomando temas abordados na obra deste. Obras originais de Aristóteles onde o problema da economia é abordado são a *Ética a Nicômaco*, especialmente no Livro V, e a *Política*, no Livro I.

O que os antigos entendiam por economia?

Nos escritos de economia associados a Aristóteles e Xenofonte, os autores discorrem relativamente pouco acerca de temas propriamente financeiros, ainda que fatos econômicos com juros² e inflação³ não fossem desconhecidos dos antigos gregos. No Livro V da *Ética a Nicômaco*, há uma exposição acerca da função desempenhada pelo dinheiro enquanto uma forma de estabelecer a comensurabilidade de serviços e bens diversos entre si,⁴ mas isso ocorre dentro do contexto da discussão acerca da justiça. No Livro I da *Política*, são estudadas formas de transação monetária, sendo censuradas a prática de adquirir produtos para a revenda e mais ainda o lucro obtido por meio de empréstimos à juros; as transações consideradas louváveis são aquelas que visam suprir as necessidades relacionadas à administração de uma casa.

Assim, das duas maneiras de adquirir e de se enriquecer, uma pela economia e pelos trabalhos rústicos, outra pelo comércio, a primeira é indispensável e merece elogios; a segunda, em contrapartida, merece algumas censuras: nada recebe da natureza, mas tudo da convenção.

O que há de mais odioso, sobretudo, do que o tráfico de dinheiro, que consiste em dar para ter mais e com isso desvia a moe-

da de sua destinação primitiva? Ela foi inventada para facilitar as trocas; a usura, pelo contrário, faz com que o dinheiro sirva para aumentar-se a si mesmo. (ARISTÓTELES, *Política*, I, 10, 1258a-b, p. 23).

Os escritos de economia de Aristóteles e Xenofonte abordam aspectos que atualmente não associamos imediatamente à economia, como ou as discussões relativas ao casamento e às virtudes femininas, ou os longos elogios de Xenofonte à agricultura, que julga ser a atividade produtiva mais útil e agradável a que um homem pode se dedicar.⁵ Boa parte desses escritos consiste em considerações morais em meio a conselhos práticos acerca da administração das posses pessoais, por exemplo: “[...] há um princípio comum a todas as economias e que importa não observar de forma ligeira, em particular na deste tipo, que consiste em que as despesas não devem ultrapassar as receitas” (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, Livro II, 1346a, p. 51). Esse tipo de abordagem não é muito diferente dos conselhos práticos e incentivos ao trabalho encontrados em *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo.⁶

Cabe-nos então questionar: o que Xenofonte e Aristóteles (ou seus discípulos) entendiam exatamente por *economia*? De modo geral podemos dizer que economia tal como compreendida por esses autores estuda a administração do *oikos*, a casa e os bens privados, o que para os gregos antigos incluía não apenas imóveis, terras, animais, objetos, mas também escravos⁷ e, num certo sentido, a própria família, sobre a qual o pai detinha amplos direitos.

O termo possui uma origem grega, já que *oikonomia* é um composto de *oikos*, que significa ‘casa, propriedade, lar’ (envolvendo não apenas o espaço físico, mas também as pessoas que o habitam e a atividade que nele desenvolvem), e da raiz semântica *nem-*, que aqui assume o sentido de ‘regular, organizar, administrar’. Por conseguinte, ‘economia’ é, antes de mais, a ‘administração da casa’, cuja condução deve obedecer a determinados princípios capazes de garantir a sua perenidade e bem-estar. (LEÃO, 2004, p. 11).⁸

Termo grego *oikos* pode ser traduzido por “casa” ou “lar”, mas aquilo que Xenofonte e o pseudo Aristóteles designam por esse termo era radicalmente diferente do que entendemos atualmente

por casa ou lar. No *oikos* grego a propriedade onde vive a família e o próprio núcleo familiar são apenas o elemento central de uma organização produtiva composta de muitos elementos.

Os elementos da casa são o homem e a propriedade. Mas como a natureza de cada coisa se revela, antes de mais, nas partes mais pequenas, o mesmo se poderá aplicar à casa. Por isso, segundo Hesíodo, é necessário que haja:

Antes de mais, a casa, a mulher e o boi para o arado.⁹ (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, I, 2, 1343a-20, p. 37).

O núcleo central do *oikos* é a família. Esta geralmente não era uma pequena família nuclear formada por um casal e poucos filhos, mas uma família estendida que podia incluir outros parentes e agregados. Como parte do *oikos*, em posição subserviente à família, estavam os escravos e em alguns casos trabalhadores livres. A família era liderada pelo *despótes*, o pai e senhor da casa (*oikonomos*), semelhante ao *pater familias* e *dominus* romano.

O pai de família governa sua mulher e seus filhos como a seres livres, mas cada um de um modo diferente: sua mulher como cidadã, seus filhos como súditos. Na ordem natural, a menos que, como em certos lugares, isto tenha sido derogado por alguma consideração particular, o macho está acima da fêmea e o mais velho, quando atinge o termo de seu crescimento, está acima do mais jovem, que ainda não alcançou sua plenitude. (ARISTÓTELES, *Política*, I, 12, 1259a, p. 25).

O *oikos* gera rendimentos através da produção agrícola e, menos frequentemente, da manufatura e comércio. Cabe ao *despótes* a função de gerir e governar o *oikos*, visando sua preservação e prosperidade. “Alguns fazem também entrar no econômico a parte relativa aos bens que compõem o patrimônio das famílias e aos meios de adquiri-los. Trata-se até, segundo outros, do elemento principal” (ARISTÓTELES, *Política*, I, 3, 1253b, p. 13).

A autoridade do *despótes* sobre sua família e escravos era quase total,¹⁰ embora submetida às leis da *pólis* (cidade-estado); disso deriva o sentido negativo que a palavra *déspota* adquiriu com o tempo, passando a significar o governante autoritário e, por vezes, cruel. Algo semelhante ocorreu com a palavra *týrannos*, que originalmente não possuía uma conotação negativa.

Economia, portanto, significa originalmente *administração da propriedade particular*, mas os antigos gregos chegaram a fazer uso do termo para designar a administração das finanças do Estado. No Livro II de *Os econômicos* atribuído à Aristóteles são mencionadas variantes do que entendemos por economia política,¹¹ sendo então listados diversos estratagemas de governantes e gerais para angariar fundos, frequentemente por meios fraudulentos e injustos.¹² Na Era Moderna, iniciaram-se estudos mais aprofundados de economia política, voltando-se para a administração da produção, comércio e finanças em escala mais ampla. O termo *economia* passou a ser associado principalmente ao estudo relacionado à riqueza das nações.¹³ Em nossa época quando se fala em economia normalmente a referência é à economia política, dispensando essa qualificação. A economia no sentido grego originário assemelha-se ao que denominamos economia doméstica, porém ampliada, visto que o *oikos* era um centro de consumo e produção englobando várias pessoas e propriedades materiais.

O lugar da economia na filosofia

Sabendo que a economia significava a administração das posses particulares e os conhecimentos a isso relacionados, cabe perguntar: onde se enquadra a economia entre as diferentes formas de saber? Xenofonte não se ocupa com classificações dessa ordem, mas em Aristóteles podemos encontrar uma resposta à questão.

Aristóteles afirma, nos *Tópicos*, que o conhecimento se divide em três tipos: teórico, prático e produtivo.¹⁴ O conhecimento teórico (*theoretikós*) especula acerca das coisas que podemos conhecer, mas não modificar, como o estudo dos movimentos celestes; como o que é estudado teoricamente não é passível de ser modificado, não faz sentido deliberar acerca de tais assuntos. O conhecimento prático (*práxis*), por sua vez, ocupa-se de assuntos que estão ao alcance humano, passíveis de deliberação e ação, como a atuação do cidadão na *pólis*; da prática não resulta a produção de nenhum objeto exterior ao agente. O conhecimento produtivo (*poiético*) ou criativo ocupa-se das atividades das quais derivam algo exterior ao agente; as artes ou técnicas são formas de conhecimento dirigidos para a produção de um objeto ou efeito.

A filosofia teórica divide-se em várias partes, de acordo com o objeto de seu estudo, como a Astronomia (ciência dos corpos celestes e seus movimentos) e a Metafísica ou Filosofia Primeira (ciência dos primeiros princípios e das causas primeiras). A filosofia prática, segundo Aristóteles, divide-se em duas partes: Ética e Política. Os estudos relativos à Ética centram-se na ação do indivíduo frente aos demais, abordando assuntos como virtudes, vícios e o fim último da vida humana; o termo deriva de *éthos*, palavra que possui os sentidos de costume, caráter, hábito; Aristóteles compreende a ética primariamente enquanto a ciência dos costumes. A Política estuda o governo da cidade, sua administração, sua constituição, nas muitas variedades possíveis; o termo deriva de *pólis*, cidade-estado, de onde deriva *polítikos*, cidadão. O conhecimento produtivo divide-se nas várias artes ou técnicas (*technai*), como medicina (que produz saúde), a estratégia militar (que busca produzir a vitória na guerra) e a arquitetura (que produz edificações).

Onde se encaixa a economia nesse quadro? Certamente não pode ser parte dos conhecimentos teóricos, pois a economia trata de assuntos acerca dos quais é possível deliberar e agir. Será então uma prática? De acordo com a definição de Aristóteles de uma prática não resulta a produção de nenhum objeto exterior ao agente, ao passo que a economia se ocupa primariamente da produção de bens materiais. Conclui-se que a economia só pode ser uma arte produtiva. O próprio Aristóteles no começo da *Ética a Nicômaco* cita a economia em meio a outras técnicas produtivas, especificando também qual é o seu produto:

Ora, como são muitas as ações, artes e ciências, muitos são também os seus fins: o fim da arte médica é a saúde, o da construção naval é um navio, o da estratégia é a vitória e o da economia é a riqueza. (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I, 1, 1094b, p. 49).

Portanto, podemos dizer que a economia é um saber produtivo relacionado ao governo e administração da casa enquanto unidade produtiva, visando a geração de riqueza.

Relações entre economia, ética e política

Apesar de a Economia ser classificada entre as artes produtivas, sendo seu fim a produção de riqueza, esta técnica tem uma estreita relação com as duas ciências práticas.

[...] arte mais prestigiosa e que mais verdadeiramente se pode chamar a arte mestra. Ora, a política mostra ser dessa natureza, pois é ela que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela. (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I, 2, 1094b, p. 49).

A economia, considerada genericamente, está diretamente subordinada à política, assim como todas as demais técnicas que contribuem para o funcionamento da cidade. Já a economia especificamente entendida enquanto administração dos bens privados está estreitamente ligada e subordinada à ética, pois é apresentada por Xenofonte e Aristóteles como um tipo de conhecimento diretamente relacionado ao modo como se deve viver. “Quanto à vida consagrada ao ganho, é uma vida forçada, e a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos: é algo de útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outra coisa” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I, 5, 1096a, p. 52). A economia, como as demais técnicas produtivas, é moralmente neutra, visando apenas a consecução de seu fim específico, a produção de riqueza, não determinando de que modo essa riqueza deve ser empregada.

Assim como a ética, em última instância, subordina-se à política, a economia subordina-se à ética, pois é a ética que estuda o fim último da vida humana e dispõe dos recursos econômicos como meios, ainda que em escala de crescente complexidade relativa ao número de indivíduos a economia possa ser pensada como ocupando uma posição intermediária entre a ética e a política, pois esta última se ocupa do estudo da cidade, formada e sustentada economicamente pelos *oikoi*,¹⁵ unidades produtivas formadas por muitas pessoas, objeto de estudo da economia, estando à frente desses *oikoi* os cidadãos individuais, cujas ações e fins são o objeto de estudo da ética. Em ordem temporal o indivíduo antecede a família e a família antecede a cidade, embora em ordem de importância a cidade anteceda a família e esta anteceda indivíduos que a compõem.

O Estado, ou sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza. O todo existe necessariamente antes da parte. As sociedades domésticas e os indivíduos não são senão as partes integrantes da Cidade, todas subordinadas ao corpo inteiro, todas distintas por seus poderes e suas funções, e todas inúteis quando desarticuladas, semelhantes às mãos e aos pés que, uma vez separados do corpo, só conservam o nome e a aparência, sem a realidade, como uma mão de pedra. (ARISTÓTELES, *Política*, I, 2, 1253a, p. 12).

De modo análogo, a economia da *pólis* é mais importante que a economia individual,¹⁶ embora esta anteceda em ordem temporal a economia política e a possibilite.

A economia estuda as ações que podem ser realizadas com as posses, o trabalho, o dinheiro, tendo como fim desejado a boa administração do *óikos*, sua manutenção, ampliação dos rendimentos e redução dos gastos.

Quanto à economia, observo que é impossível viver comodamente, ou mesmo simplesmente viver, sem o necessário. Portanto, como os bens fazem parte da casa, os meios de adquiri-los também fazem parte do governo doméstico. (ARISTÓTELES, *Política*, I, 4, 1253b, p. 13).

A ética pode estudar situações que envolvam o trato de bens materiais, mas não se ocupa desses assuntos enquanto seu objeto próprio de estudo. Apenas de modo secundário a ética se ocupa de temas relativos à economia, pois o estudo de economia e a atuação nela fundamentada são um meio necessário para a realização de um fim concernente à ética. “Ora, as coisas úteis podem ser bem ou mal usadas, e a riqueza é útil; e cada coisa é usada da melhor maneira pelo homem que possui a virtude relacionada com ela” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I, 8, 1120a, p. 101).

Apesar de pontos de contato, existem diferenças fundamentais entre os campos de estudo da ética e da economia. A ética Aristotélica tem como foco as relações entre iguais, entre homens livres cidadãos da *pólis*, os únicos aos quais é possível a felicidade na concepção aristotélica, e investiga, por assim dizer, a administração do próprio indivíduo, de sua vida. A economia estuda relações entre desiguais, do homem para com suas posses e as pessoas sob sua

responsabilidade e comando, incluindo esposa, filhos e escravos, segundo ditavam os costumes do mundo grego antigo.

Após ter indicado quais são as partes que constituem o Estado, devemos, já que os Estados são formados de famílias, falar primeiro do governo doméstico. Uma família completamente organizada compõe-se de escravos e de pessoas livres. Mas como só se conhece a natureza de um todo pela análise de suas partes integrantes, sem exceção das menores, e como as partes primitivas e mais simples da família são o senhor e o escravo, o marido e a mulher, o pai e os filhos, convém examinar quais devem ser as funções e a condição de cada uma destas três partes. Chamaremos despotismo o poder do senhor sobre o escravo; marital, o do marido sobre a mulher; paternal, o do pai sobre os filhos (dois poderes para os quais o grego não tem substantivos). (ARISTÓTELES, *Política*, I, 3, 1253b, p. 13).

As ações que mais interessam à ética de Aristóteles são aquelas realizadas por cidadãos livres na esfera pública, na *ágora*, na assembleia, nos tribunais. A economia estuda as relações dentro do núcleo de vida e produção que é o *oikos*, a esfera da vida privada, onde as relações são norteadas pela desigualdade, entre marido e esposa, senhor e escravos, pai e filhos,¹⁷ desembocando da ação unilateral para com as coisas, o cultivo da terra, o trato dos animais e demais ações produtivas.

Vemos, assim, claramente que o poder ‘despótico’ e o governo político são, apesar da opinião de alguns, coisas muito diferentes. Um só existe para os escravos; o outro existe para as pessoas que a natureza honrou com a liberdade. O governo doméstico é uma espécie de monarquia: toda casa se governa por uma só pessoa; o governo civil, pelo contrário, pertence a todos os que são livres e iguais (ARISTÓTELES, *Política*, I, 7, 1255b, 17).

Embora no *oikos* o homem seja governante único, monarca de seu lar, o trato para com seus subordinados deve ser regido pela justiça.¹⁸

É este, por conseguinte, o carácter das regras e dos costumes que a mulher deve guardar para si. Contudo, são também semelhantes as regras que o marido tem de seguir no trato com a esposa, dado que esta veio para casa do esposo a fim de o

acompanhar na sua vida e na dos filhos. (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, III, 2, 142, p. 84).

Poderíamos dizer que a economia, em certo sentido, ocupa uma posição intermediária entre a *práxis* (ação da qual não deriva um produto) e *poiesis* (ação produtiva, ao fim da qual resulta algo exterior ao agente). As ações diretas do chefe de família para com os que estão sob sua responsabilidade podem ser consideradas um tipo de *práxis*, mas ações realizadas por estes sob o comando do *déspotes*, como o cultivo da terra e a manufatura de objetos são uma *poiesis*, cujo produto final tem valor real para o sustento de todos.

A economia e o filósofo: o fim último

A administração das posses, dinheiro e terras podem parecer atividades indignas de apreço para o temperamento de um filósofo que prefere a contemplação das coisas primeiras e supremas. Para que servem os bens materiais senão para a subsistência corpórea e aumento da comodidade? Tais coisas podem ser consideradas de pouco valor, mas delas dependem toda a especulação filosófica, a pesquisa científica e a produção artística.

Aristóteles na *Ética a Nicômaco* afirma que a *eudaimonia* (felicidade e plena atualização humana) requer a posse dos bens da alma (virtudes intelectuais e morais), acrescidas dos bens do corpo (saúde e certo grau de beleza) e bens exteriores (amigos, poder político, uma riqueza moderada);¹⁹ a economia estuda o modo de produzir um dos elementos necessários a felicidade: a posse continuada de bens materiais suficientes,²⁰ o que implica em sua produção e crescimento, cabendo à ética determinar os modos mais adequados de empregar essa riqueza.

[...] como dissemos, ela (a felicidade) necessita igualmente dos bens exteriores; pois é impossível, ou pelo menos não é fácil, realizar atos nobres sem os devidos meios. Em muitas ações utilizamos como instrumentos os amigos, a riqueza e o poder político. (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I, 8, 1099a, p. 58).

Embora Aristóteles considere que os bens da alma, do corpo e bens exteriores sejam elementos necessários à felicidade, certamente em escala valorativa considera os bens da alma superiores aos bens do corpo, que por sua vez superam os bens exteriores, sendo ainda que dentre estes a “posse” de amigos e família superam a posse de riqueza.²¹

A economia ocupa-se daquilo que há de mais baixo e mais distante do fim último do ser humano: a mera subsistência material. Entretanto, aquele totalmente desprovido materialmente estará impossibilitado de alcançar os bens superiores: “o homem feliz necessita dos bens corporais e exteriores, isto é, os da fortuna, a fim de não ser impedido nesses campos” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VII, 13, 1153b, p. 173). Mesmo os cínicos dependiam da caridade alheia para comer seus tremoços e se abrigar à sombra dos templos, produzidos pelo trabalho humano.

Em certo sentido podemos dizer, como Aristóteles, que aquilo que desejamos como fim último, o que desejamos por si mesmo, como o conhecimento teórico, é o que consideramos mais importante. Mas em outro sentido, o mais importante é o mais essencial, o que possibilita aquilo que vem depois, servindo-lhe de base. Assim é, por exemplo, a agricultura, louvada por Xenofonte como melhor *téchne*, pelo pseudo Aristóteles como a primeira e mais essencial técnica²² das pessoas civilizadas (a caça e coleta são anteriores, mas não sustentam cidades). Sem a agricultura todas as demais artes não teriam valor, pois sem o sustento do corpo não nos é possível viver. Assim é a economia para o indivíduo e seu núcleo próximo de pessoas.

Uma adequada administração econômica é o que possibilita o ócio, que pode então ser utilizado para a investigação filosófica, produção artística ou qualquer outro fim em si mesmo digno de apreço. Tanto na Grécia Antiga, onde o privilégio de poucos se sustentava nos ombros de escravos, quanto em nosso tempo, quando é tido por honroso trabalhar pelo próprio sustento, as limitações humanas persistem, as necessidades primárias permanecem em demanda constante.

Quem deseja o ócio para torná-lo útil não pode estar na miséria, que não deixa energias para o belo, não pode estar em sofrimento físico constante pela falta de saúde e má alimentação, tampouco produzirá adequadamente se estiver em constante temor frente ao

futuro, por insegurança material. Quem deseja um fim deseja também os meios. Como todo direito de um implica em uma obrigação de outro, uma pessoa adulta e livre não pode reclamar o direito de ser sustentada para realizar a mais nobre e mais inútil atividade, de modo que todo indivíduo que aspira filosofar deve atuar de modo a possuir os meios de fazê-lo.

Para adequadamente realizar algo, uma atividade produtiva ou prática, é necessário conhecer os princípios que o regem, os métodos de alcançar os melhores resultados. Para filosofar, é necessário possuir uma mínima segurança material, sendo preferível um nível superior, o que Aristóteles na *Ética a Nicômaco* chama de “suficientemente provido de bens exteriores”.²³ Por esses motivos, o filósofo, buscando os meios de adequadamente realizar os fins a que se propõe, deve buscar a segurança econômica que possibilita o ócio. Para a grande maioria, que não recebe gratuitamente os frutos do trabalho alheio, é necessário atuar em prol da própria segurança material. Para obter tal segurança, deve-se conhecer a arte econômica. Conclui-se que o filósofo, que almeja a virtude moral e intelectual, deve conhecer economia num grau suficiente para realizar seu propósito.

Notas

- 1 *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, 5, 22.
- 2 “Em Quios havia uma lei que obrigava os seus habitantes a fazerem o registro público das respectivas dívidas; numa altura em que havia falta de receitas, estabeleceu-se por decreto que os devedores teriam de pagar à pólis os respectivos empréstimos e que, das receitas entradas, a pólis pagaria os juros aos credores, até que estivessem em condições de devolver o capital” (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, Livro II, 1348a, p. 58).
- 3 Um problema recorrente na Antiguidade era a redução do conteúdo de metais preciosos nas moedas promovido em certas ocasiões para aumentar a cunhagem, em muitos casos para prover o pagamento de soldos em tempos de guerra. Essa prática desvalorizava a moeda, depreciando seu poder de compra. Uma menção dessa prática pode ser encontrada em Aristófanes: “Muitas vezes me tenho dado conta de que esta cidade tem para com a elite dos cidadãos exatamente a mesma política que para com as moedas antigas e essa recente, em ouro. Destas, que não são falsificadas, mas, sem sombra de dúvida, superam quaisquer outras, as únicas cunhadas e temperadas na perfeição, válidas em todo o lado, entre os Gregos como entre os bárbaros, não fazemos uso; e vamos preferir-lhes essa porcaria desses cobres, postos a circular há meia dúzia de dias, com uma cunhagem miserável” (ARISTÓFANES, *Rãs*, 717-727, p. 95-96).

- 4 Com efeito, não são dois médicos que se associam para troca, mas um médico e um agricultor, e, de modo geral, pessoas diferentes e desiguais; mas essas pessoas devem ser iguais. Eis aí por que todas as coisas que são objetos de troca devem ser comparáveis de um modo ou de outro. Foi para esse fim que se introduziu o dinheiro, o qual se toma, em certo sentido, um meio-termo, visto que mede todas as coisas e, por conseguinte, também o excesso e a falta – quantos pares de sapatos são iguais a uma casa ou a uma determinada quantidade de alimento (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, V, 2, 1133a, p. 128).
- 5 “Que lugar é mais doce que o campo para passar o verão com água, brisas e sombra? Que outra arte apresenta aos deuses primícias mais à altura deles ou festas mais frequentadas? Que arte é mais cara aos servidores ou mais doce para a mulher ou mais desejada pelas crianças ou mais agradável aos amigos? Seria de admirar, penso eu, se um homem possuísse algo mais agradável que isso ou se encontrasse uma ocupação mais agradável ou mais útil para a vida” (XENOFONTE, *Econômico*, V, 9-11, p. 27).
- 6 “Por trabalhos os homens são ricos em rebanhos e recursos / e, trabalhando, muito mais caros serão aos imortais. / O trabalho, desonra nenhuma, o ócio desonra é!” (HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*, 309-311, p. 45).
- 7 “Entre as diferentes posses, há uma que vem em primeiro lugar, por ser a mais necessária, a melhor e a mais digna da arte econômica: trata-se do próprio homem. Por esse motivo, há que prover-se, antes de mais, de escravos diligentes” (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, Livro I, 5, 1344a-20, p. 40).
- 8 Introdução à edição portuguesa dos *Os econômicos*, atribuídos a Aristóteles, com modificações.
- 9 HESÍODO, *Os trabalhos e os dias*, 405.
- 10 “A autoridade dos pais sobre os filhos é uma espécie de realeza; todos os títulos ali se encontram: o da geração, o da autoridade afetiva e o da idade. É até mesmo o protótipo da autoridade real” (ARISTÓTELES, *Política*, I, 12, 1259b, p. 25).
- 11 “Há quatro formas de economia, de acordo com uma divisão esquemática (pois veremos que as restantes remetem para estas): a real, a dos sátrapas, a de uma pólis e a individual. [...] Torna-se inevitável que elas tenham entre si muitos pontos em comum, mas a nós interessa-nos observar o que é mais característico de cada uma” (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, II, 1, 1345b-15, p. 49-50).
- 12 “Fizemos ainda uma recolha de todos os exemplos que nos pareceram dignos de referência: os meios de que certas personalidades do passado se serviram para obter riqueza e que souberam administrar de forma hábil. Pensamos que não será desprovido de interesse divulgar esta informação; de facto, alguns destes exemplos poderão adaptar-se a projetos que qualquer pessoa tiver entre mãos” PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, II, 1, 1346a-25, p. 51-52).
- Os modos desonrosos de conseguir dinheiro citados pelo autor como exemplos úteis corroboram a tese de que este livro não foi escrito por Aristóteles.
- 13 Especialmente a partir da publicação em 1776 de *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, por Adam Smith, considerado o pai da economia moderna.
- 14 Cf. ARISTÓTELES, *Tópicos*, VI, 6, 145a, p. 422.
- 15 “A arte de administrar uma casa e a de administrar uma pólis diferem entre si não apenas na medida em que a casa e a pólis também diferem (uma vez que aquela é o fundamento desta), mas ainda no facto de a administração da pólis envolver muitos governantes e de a administração doméstica depender somente de um” (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, Livro I, 1, 1343a-20, p. 35).

- 16 “Em quarto e último lugar, vem a economia individual. Esta é mais atípica, uma vez que, no seu exercício, não se visa necessariamente um objetivo específico; é também a menos importante, pois são pequenas as receitas e as despesas que gera” (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, Livro II, 1346a, p. 51, com modificações).
- 17 “Mas existe outra espécie de amizade, a saber, a que envolve uma desigualdade entre as partes, como a de pai para filho e, em geral, de mais velho para mais jovem, a de marido para mulher e, em geral, de governante para súdito” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VIII, 7, 1094b, p. 186).
- 18 “Ora, em primeiro lugar, o homem não deve ser injusto para com a mulher (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os econômicos*, Livro I, 1, 1344a-10, p. 35)
- 19 Ora, os bens têm sido divididos em três classes, e alguns foram descritos como exteriores, outros como relativos à alma ou ao corpo. Nós outros consideramos como mais propriamente e verdadeiramente bens os que se relacionam com a alma, e como tais classificamos as ações e atividades psíquicas (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I, 8, 1098b, p. 58).
- 20 “Pródigo é aquele que se arruína por sua própria culpa, e o malbaratar seus bens é considerado uma forma de arruinar a si mesmo, pois é opinião de muitos que a vida depende da posse de riquezas” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, IV, 1, 1120a, p. 101).
- 21 Mas parece estranho, quando se atribui tudo o que é bom ao homem feliz, recusar-lhe amigos, que são considerados os maiores bens exteriores (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, IX, 9, 1169b, p. 210).
- 22 “Ora, segundo a natureza, a agricultura tem a prioridade [...] ela pertence ao grupo dos que agem segundo a natureza: de facto, é pela natureza que todos os seres recebem da mãe a alimentação e, como tal, os homens recebem-na da terra” (PSEUDO ARISTÓTELES, *Os Econômicos*, Livro I, 2, 1343a-25, p. 37).
- 23 ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I, 10, 1101a, p. 61.

Referências

ARISTÓFANES. *Rãs*. Introdução, notas e tradução por Maria de Fátima Silva. São Paulo: Annablume, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

ARISTÓTELES. *Os econômicos*. Introdução, notas e tradução por Delfim Ferreira Leão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004.

_____. *Política*. Tradução: Pedro Constantin Tolens. 9. ed. Martin Claret. São Paulo, 2009.

_____. *Tópicos*. Tradução: Levi Condinho. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2007.

DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução: Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Tradução: Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1986.

XENOFONTE. *Econômico*. Tradução e introdução por Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.